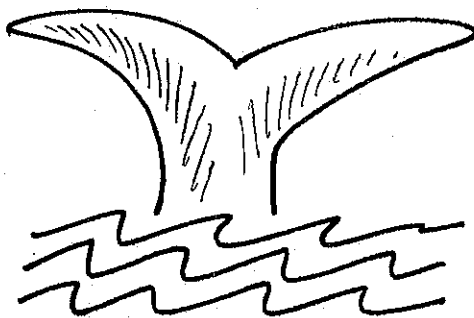


# Burocracia atrasa santuário ecológico

José Truda Palazzo Júnior



## O importante projeto de criação da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, na costa catarinense, arrasta-se penosamente na burocracia oficial

O dr. Pedro Parente, ministro-chefe da Casa Civil, é certamente um homem extremamente ocupado nestes tempos de permanente efervescência política do Planalto. É pena. Se lhe fosse dado examinar em mais detalhe algumas das demandas que passam pela Casa Civil, talvez um dos projetos ambientais do governo de maior relevância internacional não estivesse, por determinação de sua pasta, se arrastando penosamente na burocracia de escalões inferiores há vários meses.

A proposta – a criação da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, um espaço de cem quilômetros da costa catarinense onde se reproduz a segunda espécie de baleia mais ameaçada de extinção do Planeta – não é nenhuma reivindicação doidivas de ecologistas despreparados. Mas, sim, um dos mais importantes passos na política brasileira de conservação e uso adequado, para pesquisa e turismo ecológico, dos grandes cetáceos que freqüentam as águas de nosso país.

Apresentada por um grupo de técnicos e especialistas ao Ministério do Meio Ambiente em março de 1999, portanto há um ano, a proposta atendeu a recomendações do Comitê Científico da Comissão Internacional da Baleia, que em 1998 recomendou, expressamente, o estabelecimento de mais santuários para a ameaçada baleia franca, citando textualmente como prioridade o litoral centro-sul do Estado de Santa Catarina.

Foi surpreendente para os pesquisadores que há 18 anos tratam de estudar e proteger, sem apoio público nenhum, as baleias francas catarinenses, a unanimidade com que a proposta da nova área de proteção foi recebida. O apoio veio dos prefeitos da região; do governador Esperidião Amin, que requereu do governo federal a criação urgente do novo santuário; das comunidades, inclusive e em especial dos pescadores, que já ajudam na proteção da espécie; da comunidade científica nacional e internacional, e, o que é raro, de parlamentares catarinenses de um amplo leque partidário.

Essa unanimidade, aliada à consistência técnica da proposta, fez com que o ministro José Sarney Filho encampasse a proposta como prioridade do MMA. Em dezembro, ele encaminhou à Casa Civil a proposta de decreto federal criando a APA da Baleia Franca para assinatura do presidente da Re-

de dúvida, uma repercussão inédita.

Os dedicados burocratas federais, por mais que ajam de boa-fé, não entendem o que está expresso em lei: que a criação da APA, em vez de travancar a atividade econômica ou militar na região, simplesmente permite ordenar, com base na participação de todos os setores de governo e sociedade que atuam na área, um programa consensual de harmonização das atividades que vise, sobretudo, a estimular o progresso da região, alicerçado no respeito à natureza em geral e às baleias, patrimônio maior, em particular.

Vão-se já quatro meses em que os escaninhos da Casa Civil aguardam que a burocracia dos três ministérios citados, certamente ocupados demais com seus próprios problemas, se digne dar seu parecer que – ainda por cima, por absoluta ignorância das dimensões ambientais, políticas e econômicas da questão – pode vir a ser contrário.

Enquanto isso, entidades financiadoras internacionais, que poderiam estar doando recursos vultosos para as comunidades do sul catarinense se estruturarem para a valorização turística das baleias, esperam sentadas que o governo brasileiro diga, pelo menos, que a região merece um destaque ambiental. Grupos de empresários do turismo da região, que querem, eles próprios, custear equipamentos e programas de educação ambiental da nova APA, se impacientam e ameaçam abandonar o apoio. Pesquisadores que financiam do próprio bolso seu trabalho e teriam na APA um endosso a mais para buscar recursos seguem sem ter, senão fundos, ao menos o reconhecimento oficial da importância da região para as baleias.

E as baleias francas, em poucas semanas iniciam sua migração das áreas de alimentação na Antártida para a costa catarinense onde poderão, se o ministro Pedro Parente usar de sua reconhecida capacidade de ação para pôr fim a essa novela, encontrar o merecido refúgio em águas catarinenses e trazer enfim, para as comunidades que apóiam ativamente sua proteção, os benefícios sociais e econômicos que a APA da Baleia Franca permitirá catalisar e materializar.

**José Truda Palazzo Júnior** é naturalista, escritor e presidente da Coalizão Internacional da Vida Silvestre, IWC/Brasil  
 e-mail: palazzo@zaz.com.br

pública, oportunidade na qual entendeu a Casa Civil de mandar ouvir escalões inferiores de mais três ministérios – da Agricultura, dos Transportes e até da Defesa (?) –, jogando de volta à estaca zero quase um ano de trabalho técnico que levou à proposta de decreto de criação.

Tivesse o ministro Pedro Parente tempo de se interessar pelo histórico da proposta, entenderia o porquê da ansiedade da comunidade catarinense em ver a nova APA criada. Sim, porque ninguém quer preservar as baleias francas apenas “para fazer bonito”. As baleias constituem, à parte seu incomensurável valor ecológico e histórico-cultural, um enorme potencial econômico para a baixa temporada catarinense, de vez que o turismo de observação de baleias – o *whalewatching* – movimentou em 1999 estimados US\$ 1 bilhão em mais de 63 países e territórios.

Santa Catarina, com suas baleias raras que chegam em alguns locais da APA proposta a cerca de 30 metros das praias, precisa unicamente de uma estrutura institucional que ajude a promover e, principalmente, ordenar esse enorme potencial turístico, harmonizando e dinamizando as atividades humanas com a presença das baleias francas. E, estando o maior potencial na atração de visitantes estrangeiros, a repercussão da criação do maior santuário de baleias já proposto em águas nacionais num país do Hemisfério Sul terá, sem sombra